

BOLETIM 106

Brasília, 25 de abril de 2016

IBGE: desemprego no Brasil sobe para 10,2%

A taxa de desemprego no trimestre móvel encerrado em fevereiro deste ano foi estimada em 10,2% para a totalidade do país, ficando 1,2 ponto percentual acima da taxa do trimestre encerrado em novembro de 2015 (9%) e superando a do mesmo trimestre do ano anterior, que havia sido de 7,4%. O Brasil tem hoje 10,4 milhões de pessoas sem ocupação.

Os dados do desemprego foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (Pnad Contínua). Este é o maior resultado da série histórica iniciada em 2012 e chega pela primeira vez aos dois dígitos.

A pesquisa indica que o desemprego atingia no fechamento do trimestre encerrado fevereiro 10,4 milhões de pessoas, crescendo 13,8% (mais 1,3 milhão de pessoas) em relação ao trimestre de setembro a novembro do ano passado. No confronto com igual trimestre do ano passado (dezembro, janeiro e fevereiro) a alta do desemprego chegou a 40,1% (mais 3 milhões de pessoas).

Já a população ocupada constatada pelo IBGE no fechamento do trimestre encerrado em fevereiro era de 91,1 milhões de pessoas, apresentando redução de 1,1%, quando comparada com o trimestre de setembro a



novembro de 2015 (menos 1 milhão de pessoas). Em comparação com igual trimestre de 2015, houve queda de 1,3% (menos 1,2 milhão de pessoas).

Os dados indicam que o número de empregados com carteira assinada no setor privado apresentou queda de 1,5% frente ao trimestre de setembro a novembro de 2015 (menos 527 mil pessoas). Na comparação com igual trimestre do ano anterior, a redução foi de 3,8% (menos 1,4 milhão de pessoas).

Rendimento - Os dados divulgados pelo IBGE sobre a Pnad Contínua do trimestre encerrado em fevereiro indicam que o rendimento médio real recebido pelo trabalhador brasileiro fechou fevereiro em R\$ 1.934, ficando estável frente ao trimestre de setembro a novembro de 2015, que foi de R\$ 1.954. No entanto, houve queda de 3,9% quando a comparação se dá com o mesmo trimestre do ano passado (R\$ 2.012).

Já a massa de rendimento real habitualmente recebida pelas pessoas ocupadas em todos os trabalhos fechou fevereiro em R\$ 171,3 bilhões, uma redução de 2% em relação ao trimestre de setembro a novembro do ano

passado e redução de 4,7% frente ao mesmo trimestre do ano anterior.

Carteira de trabalho - A queda de 1,5% no total de trabalhadores com carteira assinada no trimestre fechado em fevereiro significa que 527 mil trabalhadores do setor privado deixaram o mercado formal. Na comparação com igual trimestre do ano passado (período de um ano), a redução foi de 3,8% (-1,4 milhão de pessoas).

Já a categoria dos empregados no setor privado sem carteira de trabalho assinada apresentou redução de 3,8% (-382 mil pessoas) em relação ao trimestre de setembro a novembro de 2015 e de - 4,8% (-493 mil pessoas) quando comparado ao mesmo trimestre do ano anterior.

A participação de empregadores apresentou redução de 5,8% (-233 mil pessoas) em relação ao trimestre de setembro a novembro de 2015 e, em relação ao mesmo trimestre de 2015, caiu 5,4% (-215 mil pessoas).

Já a categoria dos trabalhadores por conta própria acusou aumento de 3,0% (676 mil pessoas) em relação ao trimestre de setembro a novembro de 2015 e, na comparação com o mesmo trimestre de 2015, constatou-se aumento de 7,0% (1,5 milhão de pessoas).

Os indicadores da Pnad Contínua são calculados para trimestres móveis, utilizando-se informações dos últimos três meses consecutivos da pesquisa. A taxa do trimestre móvel terminado em fevereiro de 2016 foi calculada a partir de dados coletados em dezembro/2015, janeiro/2016 e fevereiro/2016.

Fonte: Agência Brasil



28,8 mil desempregados em um ano no Polo Industrial de Manaus

Com a economia do país em queda livre, a mão de obra direta no Polo Industrial de Manaus (PIM), baixou de 108,9 mil para 80,1 mil em 12 meses, ou 26% a menos do registrado em fevereiro do ano passado, segundo dados da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), divulgado no domingo passado, 17, em Manaus.

De acordo com últimos Indicadores Industriais da Superintendência, 28,8 mil pessoas perderam o emprego no período de um ano até fevereiro, o que equivale a um quarto do efetivo direto existente há um ano. Significa que a cada dia, foram demitidos do Polo Industrial 80 trabalhadores fixos, ou 550 por semana, em média.

Os indicadores não levam em conta os trabalhadores temporários, que tiveram uma redução em seu contingente de 54%, passando de 1,9 mil para 881 operários – e os terceirizados,



que segundo a pesquisa se tornaram uma alternativa para as empresas reduzirem custos e manter parte das linhas de produção, por conta de seus salários serem menores em relação aos contratados diretamente pela indústria. A média desse pessoal nas fábricas passou de 4,1% para 6%. Em fevereiro do ano passado eram 4,8 mil trabalhadores contratados por empresas de Recursos Humanos, em comparação ao segundo mês deste ano, o quadro subiu para 5,3 mil pessoas, conforme os dados da movimentação de mão de obra contidos nos Indicadores da Suframa.

No ano passado a indústria fechou 25,4 mil postos de trabalho, resultado das contratações em relação às admissões. Foi o pior desempenho desde 2003, Segundo a Superintendência, quando atingiu 68,6 mil postos.

A pesquisa aponta ainda que as mulheres foram as que mais perderam seus empregos nas fábricas de Manaus no período relacionado, cerca 11 mil, uma redução de 28,7% da mão de obra feminina direta do PIM. Em fevereiro de 2015 eram 38 mil operárias, enquanto que em igual mês deste ano, 27,1 mil estavam empregadas de acordo com a Suframa.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

FPM: repasse do governo federal aos municípios cai 25% em abril

Na última quarta-feira, dia 20, os municípios receberam a 2ª parcela do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). A crise diminuiu sensivelmente a arrecadação do FPM.

Nesta parcela, o valor real do repasse é 25% menor em comparação ao mesmo período de 2015.

A quantia repassada nesta semana, será no valor de R\$ 584.126.086,12, já descontada a retenção do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Em valores brutos, isto é, incluindo a retenção do Fundeb, o montante é de R\$ 730.157.607,65.

Em comparação com o mesmo mês em 2015, o repasse teve uma queda de 19,29% em termos nominais, ou seja, comparando o valores sem considerar os efeitos da inflação. Quando considera-se o valor real dos repasses e consideram-se as consequências da inflação, a queda é ainda maior: 25,69%.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Projeto de deputado visa fim da Autonomia Sindical

Com o pretexto de alterar a Lei 11.648/2008 que reconheceu a Centrais Sindicais, Alberto Fraga, deputado Federal do DEM/DF apresentou um Projeto de Lei (PL) 4977/2016 que obrigará os Sindicatos, Centrais, Federações e Confederações prestarem contas sobre a aplicação dos recursos provenientes das contribuições ao TCU – Tribunal de Contas da União.

Em sua justificativa, o deputado alega que o objetivo da proposição é preencher “lacuna” existente na legislação em vigor. Segundo ele, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) teria

“exagerado” ao vetar o Artigo 6º da referida lei que previa esta questão. A Nova Central estranha a posição do parlamentar, por não entender a verdadeira intenção escondida por trás do projeto.

“Os maiores interessados em checar o que é feito com suas contribuições, são os trabalhadores (as), estes, anualmente são convocados em assembleia específica de prestação de contas, que antes é avaliada pelo Conselho Fiscal. Por quase 70 anos esse sistema de contribuição e fiscalização por parte dos trabalhadores (as) funciona perfeitamente e nada justifica tamanha intromissão”, lembra, João Domingos, Secretário Nacional de Finanças da Nova Central.

Disse também, que falar em sustentabilidade das entidades sindicais, significa recordar que para amparar as demandas dos trabalhadores (as) e cobrir todas despesas, a necessidade de fontes de custeio surgiram, e via a artigo 138 da Constituição Federal de 1937 o “Imposto Sindical” então regulamentado pelo Decreto Lei 2.377, de 8 de junho de 1940 foi instituído.

“Atualmente, denominada de Contribuição Sindical, esta verba é responsável e cobre as principais despesas dos serviços assistenciais oferecidos pelos Sindicatos, Federações e Confederações. Tenho sido consultado se apoio ou não sua extinção. De forma contundente e coerente respondo que não, por entender que todos os representados de uma categoria, seja sócio ou não se beneficiam das negociações feitas pelos Sindicatos”, esclareceu.

Fonte: NCST



TSE determina a produção de novas provas para processo de cassação da chapa Dilma/Temer

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) determinou a coleta e produção de novas provas no processo de cassação dos mandatos da presidente Dilma e do vice Michel Temer.

A medida foi tomada pela ministra-relatora do caso, Maria Thereza de Assis Moura. Nesta fase serão ouvidos colaboradores da Lava Jato, solicitados compartilhamento de provas sobre o esquema de corrupção na Petrobrás ao juiz Sérgio Moro e ao Supremo Tribunal Federal (STF), além de perícias solicitadas na ação em empresas que prestaram serviços para a campanha presidencial Dilma-Temer, que estão sob suspeita de ilegalidades.

Entre os depoimentos solicitados, estão o de Ricardo Pessoa, dono da empreiteira UTC, e o do lobista Zwi Skornicki. Pessoa disse em

depoimento de colaboração premiada que foi pressionado pelo então tesoureiro da campanha de Dilma em 2014 e atual ministro Edinho Silva para fazer doações, caso contrário perderia contratos com a Petrobrás. E Skornicki está ligado a repasses em contas no exterior para o marqueteiro João Santana, que fez a propaganda da campanha dilmista à reeleição.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

STF adia julgamento de ações que suspendem posse de Lula

O Supremo Tribunal Federal decidiu adiar nessa quarta-feira o julgamento das ações que pedem a suspensão da posse do ex-presidente Lula como ministro da Casa Civil.

Dois mandados de segurança, um do PSDB e outro do PPS, pedem a suspensão da posse de Lula. As ações foram aceitas pelo ministro Gilmar Mendes em decisão liminar e o julgamento foi marcado para o plenário da Corte Suprema dar uma decisão final.

Mas o ministro Teori Zavaski pediu para adiar porque ele também analisa outras duas ações com o mesmo pedido e gostaria de julgá-las todas juntas. O ministro Marco Aurélio de Mello foi o único contrário ao adiamento.

Os mandados de segurança argumentam que a posse de Lula para a Casa Civil teria o objetivo de tirar do juiz do Paraná Sérgio Moro a investigação do ex-presidente e colocar sobre a

responsabilidade do Supremo. Isso por causa do foro privilegiado de ministros de Estado.

O advogado de Lula, Cristiano Zanin Martins, argumentou que o ex-presidente não é réu nem denunciado e portanto tem o direito a exercer o papel de ministro.

O Advogado-Geral da União, José Eduardo Cardozo, lamentou o adiamento da decisão, mas disse que vai aguardar o novo julgamento, que não tem prazo para ocorrer e depende do ministro Teori Zavaski.

Fonte: Portal EBC



Raimundo Lira é indicado para presidir Comissão do Impeachment no Senado

O PMDB indicou, nessa quarta-feira, o senador Raimundo Lira (**foto**), da Paraíba, para presidir a Comissão Especial do Impeachment no Senado. Como o PMDB é o maior partido da casa, com 18 senadores, tinha o direito de escolher a relatoria do processo ou a presidência da comissão.

O presidente é quem responde às questões de ordem dos senadores, ou seja, os questionamentos sobre o procedimento dos



trabalhos. O senador Raimundo Lira informou que vai recorrer ao corpo técnico do Senado para resolver os impasses.

Ele também disse que pretende usar o prazo máximo de 10 dias úteis para aprovar o relatório. Falta ainda definir o relator da comissão. O líder do PSDB, senador Cássio Cunha Lima, informou que vai indicar para relatoria o senador tucano Antônio Anastasia, ex-governador de Minas Gerais.

O senador Lindemberg Farias, PT, discorda e disse que tanto o Partido dos Trabalhadores quanto o PSDB tem o mesmo número de cadeiras, o que daria direitos iguais sobre a relatoria.

A definição do relator deve ficar para a próxima segunda-feira, dia da eleição dos membros da Comissão Especial do Impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

Fonte: Portal EBC

União e empresas estatais encabeçam ranking de litigantes do TST

A União Federal, com quase 16 mil processos, ocupa o primeiro lugar na lista de maiores litigantes do Tribunal Superior do Trabalho. Em seguida estão a Caixa Econômica Federal (CEF), o Banco do Brasil S. A., a Petróleo Brasileiro S. A. (Petrobras) e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Em sexto e sétimo lugares, o ranking traz dois bancos privados, o Itaú Unibanco S. A. e Banco Santander S. A., seguida de dois fundões de pensão: a Fundação dos

Economiários Federais (Funcef) e a Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros).

O ranking de litigantes, elaborado pela Coordenadoria de Estatística e Pesquisa do TST, inclui todas as empresas que têm mais de 100 processos em tramitação na Corte.

TRTs - Com base em dados fornecidos pelo TST e pelos 24 Tribunais Regionais do Trabalho, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) divulgou lista com os dez maiores litigantes da Justiça do Trabalho em 2015. Bancos, varejo, telefonia, produtoras de petróleo, siderúrgicas, construtoras, empresas públicas, mineradoras e produtoras de alimentos figuram entre as maiores litigantes em âmbito nacional.

O levantamento faz parte de uma das metas do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2015-2020, destinada a identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior. A divulgação visa reduzir o quantitativo de processos acumulados das pessoas jurídicas ou físicas que detêm a maior concentração de ações nos TRTs e TST.

Acordos como forma de diminuir demandas - Na tentativa de reduzir o acervo de processos de maneira conciliatória, a Justiça do Trabalho promove anualmente a Semana Nacional da Conciliação Trabalhista. Em 2016, o evento acontece de 13 a 17 de junho nos órgãos da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus.

Empresas interessadas em propor acordos devem procurar o Tribunal Regional do Trabalho da sua região, os Núcleos de Conciliação da Justiça do Trabalho ou a vice-presidência Tribunal Superior do Trabalho.

Fonte: TST



OAB: Anatel age como sindicato das Teles

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) enviou à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) ofício com questionamentos jurídicos à medida cautelar publicada no Diário Oficial da União de segunda-feira (18), que possibilita às operadoras de internet banda larga fixa - todas multinacionais-, estabelecer limites de utilização para os consumidores. Segundo o documento da OAB, a resolução da Anatel é inconstitucional e desrespeita o Código de Defesa do Consumidor e o Marco Civil da Internet.

Na última segunda-feira a Anatel autorizou as empresas de telecomunicações que forneçam o serviço de internet fixa (residencial) tenham o poder de limitar a transmissão de dados e também a cobrar mais pelo serviço após a franquia adquirida pelo consumidor seja alcançada.

“É inaceitável que uma entidade pública destinada a defender os consumidores opte por normatizar meios para que as empresas os prejudiquem”, afirmou o presidente nacional da OAB, Claudio Lamachia, durante entrevista coletiva, em Porto Alegre.

Atualmente o serviço de internet residencial no país é cobrado pela velocidade de transmissão e não pela quantidade de dados transmitidos. O serviço oferecido pelas teles, todas multinacionais, é de péssima qualidade e absurdamente caro. Mas, estas mesmas empresas viram a possibilidade de aumentar seus lucros lesando ainda mais os consumidores.

O presidente da OAB seguiu criticando a agência. “A Anatel dever pensar em regular o

mercado e defender e proteger o consumidor, e não atuar como sindicato representativo das empresas de telefonia”.

Lamachia destacou que ao editar essa resolução, a Anatel “nada mais fez do que informar às telefônicas o que elas devem fazer para explorar mais e mais o cidadão.

A OAB irá esperar de 10 a 15 dias pela manifestação da Anatel sobre o ofício encaminhado na terça-feira. Enquanto isso, promoverá reuniões para discutir o tema com o Ministério Público, procons estaduais e municipais e entidades civis organizadas.

Segundo levantamento feito pelo site de tecnologia TecMundo, caso o consumidor assine o plano de 1Mbps (maior dos planos entre a população de baixa renda), poderá gerar até 10 GB por mês. Isso significa que o usuário vai ter direito a ver pouco menos de quatro horas de vídeos por mês, afetando o acesso a filmes e a aulas online, por exemplo. A situação piora quando levamos em consideração que os 10 GB têm que ser divididos entre os moradores da mesma casa.

Para Lamachia, a Anatel está colaborando, com essa resolução, para a estagnação do país. “É um prejuízo enorme não só para a diversão, mas para o desenvolvimento, por exemplo, da educação no Brasil, que se utiliza da internet para cursos a distância”.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)